

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgRg na PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.107 - RS
(2014/0305697-2)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : E F DE S
ADVOGADO : EDISON FREITAS DE SIQUEIRA - RS022136
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão monocrática proferida nesta Corte.

Sustenta que *deve ser sanada a omissão porque a decisão agravada fere o princípio da motivação das decisões judiciais cujos pressupostos são o exercício da lógica e atividade intelectual do juiz; individuação das normas aplicáveis; análise dos fatos; sua qualificação jurídica; consequências jurídicas (princípio do livre convencimento motivado)* (fl. 47).

Requer seja sanado o vício apontado, concedendo efeitos infringentes aos embargos.

Impugnação apresentada.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração servem ao saneamento do julgado eivado de um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal – ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão – hipóteses inexistentes no julgado recorrido.

Como se verifica, não há, na hipótese, qualquer vício a ser sanado, pois as matérias foram decididas com a devida e clara motivação, mormente porque apresentada fundamentação idônea na decisão objurgada acerca do esgotamento da jurisdição nesta Corte diante do trânsito em julgado.

Observa-se, portanto, que o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria, visando alterar a conclusão que lhe resultou desfavorável, o que é incabível na via eleita. Os embargos de declaração servem ao saneamento do julgado eivado de um dos vícios previstos no art. 619 do CPP e não à revisão de decisão de mérito. A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CALÚNIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DA INSURGÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.

I - Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que

Superior Tribunal de Justiça

autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). Na espécie, à conta de omissão no v. acórdão, pretende o embargante a rediscussão, sob nova roupagem, da matéria já apreciada.

II - Descabida a alegação de que o entendimento jurisprudencial aplicado para afastar a alegação de prescrição da pretensão punitiva estatal não pode ser usado, uma vez que não se confunde com lei penal mais gravosa. Precedentes.

III - Inviável, em sede de embargos de declaração, pedido não feito anteriormente Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AREsp 1389040/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 15/04/2019.)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator